



Valor e Violência

Núcleo de Estudos de O Capital¹

“Não há nada melhor para o homem que comer e beber, e fazer com que sua alma goze do bem do seu trabalho. Também vi que isto vem da mão de Deus”. (Eclesiastes, 2, 24).

“É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos (...) que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto (...) de cada forma específica de Estado”. (Karl Marx, O Capital, capítulo 47, volume III).

“Perguntam onde está a burguesia em nosso país. Ora, ela está no Partido Comunista”. (Mao Tsetung).

Dinheiro e Salário

1. A verdadeira essência do capital, a chave de seu funcionamento, não radica de fato no movimento D-M-D', mas no curso D-D'.

A produção concreta, o mundo do trabalho e da mercadoria real consiste na verdade em estorvo à acumulação de capital: o aumento da produtividade do trabalho constitui um fardo ao capital, um mal necessário que destrói e subverte continuamente

a lei do valor-trabalho pela tendência à anulação do valor individual da mercadoria, de sorte que a produção da mais-valia relativa impõe-se como contraponto à tendência decrescente da taxa de lucro.

O antigo protecionismo mercantilista, peculiar ao assim denominado Estado Moderno, funcionava como guardião da lei do valor-trabalho dentro de seus limites territoriais, contra a nefasta intromissão do subversivo capital no âmbito da produção, vale dizer, contra a redução tendencial do valor unitário da mercadoria: nesse diapasão, ao antigo sistema colonial cumpria garantir o movimento D-D' sem interferir no valor das mercadorias, de sorte que a acumulação de capital restava adstrita à circulação de mercadorias e seus estratagemas consubstanciados no comércio exclusivo.

Os britânicos do século XVIII foram, na verdade, impelidos a submeter a produção de mercadorias ao capital porquanto não dispunham de um verdadeiro sistema colonial apto a produzir lucro comercial, sendo certo que sua luta contra o mercantilismo protecionista consistia na verdade na subversão mundial da lei do valor-trabalho defendida pelo Estado Moderno, herdeiro das antigas corporações de ofício medievais.

2. Hodiernamente, a contínua subversão da lei do valor-trabalho pelo aumento inexorável da produtividade do trabalhador, como contraponto às leis de ferro da tendência decrescente da taxa de lucro decorrente da tendência à anulação do valor unitário das mercadorias, somente pode ser mitigada pelas políticas estatais keynesianas, herdeiras das políticas estatais mercantilistas: se estas resguardavam o lucro comercial, aquelas garantem atualmente a manutenção cada vez mais precária dos lucros do capital produtivo, sem prescindir, obviamente, do novo colonialismo de jaez imperialista, imprescindível ao movimento D-D'.

Os jogos nos cassinos financeiros são mais importantes do que os investimentos produtivos. Como ontem, a racionalidade microeconômica do capital se revela irracional quando contradiz sua lógica macroeconômica.

3. O capital é por definição a dissociação entre o trabalhador e os meios de produção, de sorte que a força de trabalho, tanto quanto o vinho dos apóstolos, transubstancia-se em

mercadoria, o sangue da circulação capitalista. Marx observa no capítulo que versa sobre o dinheiro, o seguinte: “Não consideramos, até agora, nenhuma outra relação econômica entre os homens, além da que se estabelece entre possuidores de mercadorias, e, nela, os homens só se apropriam do produto do trabalho alheio, alienando o produto do próprio trabalho”.

4. No mercado de mercadorias trocam-se equivalentes. No mercado de trabalho inicialmente trocam-se equivalentes, ainda que o capital se expresse em trabalho objetivado numa coisa e a força de trabalho numa pessoa viva, como diz Marx. No mercado de mercadorias o trabalhador é igual a qualquer outro comprador ou vendedor. No mercado de trabalho o dinheiro confronta-se com ele sempre enquanto capital. A troca é de capital variável por capacidade de trabalhar. Marx supera a aporia da Economia Clássica. Esta como Marx diz no *Capítulo Inédito*, concebe a troca de equivalentes mediada pelo quantum de trabalho, mas não explica como a “troca de mais trabalho vivo por menos trabalho objetivado” (Marx) corresponde à lei do valor.
5. A aporia é superada somente quando Marx descobre a diferença entre trabalho e força de trabalho. Mas a separação se dá pela força. O processo de alienação do trabalho do operário ou a conversão do sujeito em objeto para a criação de riqueza capitalista só pode ser imposta “pela violência” (Marx, Capítulo Inédito de *O Capital*).
6. O equivalente geral da riqueza criada perde, portanto, referência na riqueza existente. O valor do produto não tem correspondência no capital-dinheiro adiantado. Decerto, a produção de dinheiro podia prever a acumulação e gerar previamente moeda para a nova riqueza criada. Mas de fato, tanto a moeda prévia quanto o crédito antecipam sem plano, com incerteza. Logo, essa criação sem correspondência na produção já é potencialmente um dinheiro inteiramente imaginário e desconectado da produção e do valor. O cerne da questão está no fato de que o salário não é uma coisa e nem um conteúdo de produtos que o trabalhador consome. Jamais o trabalhador coletivo poderia ser pago *in natura*. O salário não é uma coisa, mas uma forma.

7. Em modos de produção anteriores a forma não mistificava a relação de produção. O escravo sabia que era extorquido. O capital é o primeiro sistema que avança cindindo o valor dele mesmo, o produtor do produto, o trabalhador dos meios de produção, a existência da consciência etc. Logo, o comunismo é a reconciliação da humanidade com o mundo por ela criado.
8. A generalização da troca mercantil se exprime num equivalente geral (dinheiro-mercadoria). A generalização da troca de força de trabalho por salário faz com que esta relação precise ser representada por um valor de troca cindido dela mesma. Ocorre que esta relação é a da troca de uma mercadoria especial e diferente de todas as outras, pois a força de trabalho cria um valor a mais. Ou seja, o trabalhador não recebe o salário em troca do valor dos produtos necessários à manutenção e subsistência da Força de Trabalho, mas sim em troca dela depois de utilizada. Logo, trata-se de certa maneira de uma troca de não equivalentes, já que ele recebe *post festum*. Ele não percebe o total do valor agregado por ele às matérias primas. Este total é a soma do valor pago pelo capital variável e a mais valia. O salário é, portanto, uma forma que se intercambia ao mesmo tempo com um valor e um valor a mais. É a forma fantasmagórica que encobre uma troca desigual.
9. Esta forma oculta, portanto a extração do excedente, tornando invisível a diferença entre tempo de trabalho necessário e valor acrescentado pelo trabalhador ou mais valia. Ou como diz Marx no capítulo sobre o salário do primeiro volume de *O Capital*: *“A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em (...) trabalho pago e trabalho não-pago. Na corvêia distinguem-se espacial e temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra. No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus meios de subsistência, em que portanto, realmente só trabalha para si mesmo, aparece como trabalho para seu dono. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrario, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não-pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; aqui a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado”*.

10. Ocorre que a força de trabalho como mercadoria não é produto de seu vendedor, o trabalhador assalariado, pois Marx, no capítulo da Mercadoria, refere-se a uma hipotética sociedade pré-capitalista, em que ainda avulta a figura do produtor independente, proprietário dos meios de produção e que vende a mercadoria que diretamente produz. De outra banda, o capitalista tampouco vende o produto do próprio trabalho, conquanto esteja investido da propriedade dos meios de produção: ele, na verdade, vende produto de trabalho alheio.
11. O trabalhador assalariado vende de fato uma mercadoria, a força de trabalho, mas ele mesmo não a produz: decerto essa mercadoria encerra valor e preço, mas não é o próprio trabalhador quem produz, com seu labor, a sua força de trabalho, mas a sociedade, a saber, o conjunto da classe trabalhadora.
12. Não por acaso, quando Marx determina o valor da força de trabalho a partir da cesta básica consumida pelos trabalhadores produtivos, ele recorda que o aumento da produtividade social do trabalho só ocorre quando altera o valor unitário das mercadorias consumidas pelos próprios trabalhadores produtivos. O valor é o inverso da produtividade.
13. Ele não alude à diminuição do valor unitário de quaisquer mercadorias, mas tão somente daquelas que ingressam na cesta básica do operário produtivo diminuindo-lhe o valor. Ou seja, o valor da força de trabalho é determinado pelo trabalho conjunto da sociedade. Vale dizer que o trabalhador assalariado vende uma mercadoria, a força de trabalho, que não é produto de seu próprio labor: quem a produz é a classe trabalhadora.
14. O trabalhador assalariado não se apresenta como proprietário de sua mercadoria, pelo menos não no mesmo sentido que o artesão, por exemplo, que é seu produtor direto (o qual seria por definição um pequeno burguês).
15. Disto resulta que a teoria do valor-trabalho, desenvolvida na primeira parte do livro primeiro de *O Capital*, coaduna-se mais perfeitamente com uma hipotética sociedade pré-capitalista de produtores livres e independentes que não precisam vender sua força de trabalho como mercadoria ao detentor capitalista dos meios de produção.

16. Demais disso, o dinheiro em *O Capital* (primeira parte do livro primeiro), apresenta-se primordialmente como mercadoria-dinheiro, como ouro, de tal sorte que o papel-moeda emitido pelo Estado somente é estudado em sua relação com o padrão-ouro.
17. Mas no século XX houve o abandono do padrão-ouro por outras formas de lastro socialmente admitidas ou simbólicas.
18. Embora a moeda seja anterior ao dinheiro (este entendido como potencialmente capital), o dinheiro subsume as funções da moeda (meio de circulação e de troca, unidade de conta etc.) e acrescenta novas (letra de câmbio na Baixa Idade Média, por exemplo).

Salário e Estado

19. Assim como o segredo mais íntimo das diversas formas de Estado radica sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos (Marx), também nesta relação situa-se o fundamento oculto das distintas formas históricas do dinheiro, máxime nas relações dentro do próprio ambiente do trabalho, de tal sorte que se vislumbram três fases históricas do dinheiro.
20. A Moeda cunhada em metal corresponde ao período em que o produto individual do trabalho ainda pode ser identificado como resultado de um produtor individual, como no artesanato nas formações econômicas ou modos de produção antediluvianos ou pré-capitalistas.
21. O Papel-moeda emitido pelo Estado, ainda com lastro no metal ouro é típico na emergência da maquinaria e da grande indústria, quando resta afastada a correspondência direta entre o produto individual e seu respectivo produtor, em razão da divisão do trabalho na fábrica. Mas esta ainda queda subsumida no cerne de um Estado específico e produz mercadorias prontas para o consumo.
22. O Papel-moeda emitido pelo Estado, mas já sem lastro no ouro, ou seja, com lastro no papel-moeda dominante, a saber, o dólar americano advém da assim chamada “globalização” ou dispersão mundial da produção de uma mercadoria pronta para consumo, em uma divisão internacional do trabalho que exorbita os limites dos Estados, a ponto de cada componente

da mercadoria ser produzido em um país diferente. O próprio Capital Fixo se torna evanescente.

23. A difusão mundial da ruptura entre trabalho e seu produto, a mercadoria, ao lado da cesura entre trabalhador e meios de produção, que de certo modo definem o capital, não teria efetivamente desenvolvido ao extremo o caráter abstrato do trabalho humano homogêneo que integra a substância do valor, dando ensejo ao papel-moeda sem lastro no ouro?
24. À medida que o capitalismo avança, desintegrando os antigos vestígios de sociedades em que o trabalhador ainda possui os meios de produção, a teoria do valor-trabalho vai progressivamente deixando de se aplicar à mercadoria e ao dinheiro, e uma nova forma de atribuição de valor ao produto social total vai tomando-lhe o lugar.
25. Durante a Idade Média, o conjunto da classe trabalhadora ainda detém os meios de produção, portanto ainda domina a produção no seguinte sentido: à classe trabalhadora ainda pertence o produto social, do qual é extorquida, mediante o recurso não econômico da violência, a renda feudal. É nesta fase histórica do artesanato, e somente nela, que vigora plenamente a lei do valor-trabalho, quando o trabalhador ainda conserva a propriedade dos meios de produção. O processo de dissociação entre trabalhador e meios de produção completa-se com o abandono do padrão-ouro do dinheiro, quando o processo de valorização é mais importante que o de trabalho. Toda a produção se torna social e vigora potencialmente uma nova lei do valor.
26. No artesanato, quando ainda vige plenamente a lei do valor-trabalho, a produtividade individual é diminuta e o produtor direto ainda identifica-se individualmente com a mercadoria por ele produzida. O capital ainda não atingiu a produção e fica restrito à circulação, o produtor direto ainda mantém a posse dos meios de produção e o lucro comercial deriva de estratégias patrocinadas pelo Estado, como o comércio exclusivo no antigo sistema colonial. O Estado moderno, herdeiro das corporações de ofício, é que assegura a vigência da lei do valor-trabalho no seu interior, lastreada na produtividade média social do trabalho, assim como de todas as demais leis. No entanto, desde que o capital atinge a produção e o trabalhador perde o domínio sobre

os meios de produção, cada salto na produtividade individual do trabalho promovida pelo capital afasta ainda mais a identificação da mercadoria com seu produtor direto, subvertendo a antiga lei do valor-trabalho vigente na época do artesanato, de tal sorte que o valor da mercadoria individual tende a zero. O Estado, guardião da lei do valor-trabalho, também é revolucionado a cada vez que o capital industrial faz aumentar a produtividade individual do trabalho: primeiro cunha moeda em ouro, depois cunha moeda em papel com lastro em ouro, e mais tarde cunha moeda lastreada em outra moeda (dólar americano). A inflação, a saber, a desvalorização da moeda, é a forma pela qual o Estado, guardião da lei do valor-trabalho, contrapõe-se à tendência a zero, observada no valor individual da mercadoria. O crescimento artificial da demanda estatal, via investimentos estatais e salários do funcionalismo, é a forma keynesiana da contraposição do Estado à tendência inexorável a zerar, observada no valor unitário da mercadoria, sendo certo que a inflação é o epifenômeno conseqüente de tal política keynesiana.

27. No modo de produção feudal, o estamento senhorial extraía o excedente pela violência estatal. Mas o “Estado” estava disperso numa miríade de potentados locais. É a anarquia ducal (P. Anderson). A renda feudal é extraída localmente.
28. O advento do Estado moderno combina-se com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Elas não só desenvolvem o dinheiro ao ampliar a produção e circulação mercantil, mas também universalizam a forma salário.
29. Como Marx antecipara nos *Grundrisse*, o valor é uma relação social. Mas sua visibilidade depende de um signo. A circulação mercantil tem uma face de troca que é a forma social que medeia todo o intercâmbio e o entrelaçamento global dos produtores (ainda que o comércio se especialize na figura de um atravessador e que o capital comercial surja com aparência autônoma). O valor de troca cindido da materialidade sensível do produto (valor de uso) se autonomiza numa forma de existência puramente social: dinheiro.
30. O Estado, por sua vez é o signo da violência inerente às relações humanas em sua “pré-história”. Vale dizer: de uma relação social de dominação da classe que se apropria do excedente

social gerado pela classe produtora. A relação entre *forma valor* e Estado é mais do que uma analogia. O Estado moderno é de acordo com Engels o capitalista conjunto ideal (*der ideelle Gesamtkapitalist*).

31. O próprio Estado Moderno ao dissociar a máquina estatal *stricto sensu* da classe armada que exerce a violência e a exação fiscal local, adquire um caráter abstrato correspondente à forma mais abstrata do valor: o dinheiro. Forma valor e dominação política se correspondem. Embora a moeda nem sempre tivesse funcionado como dinheiro no sentido marxista (capital latente no sentido físico), o dinheiro subsume as funções da moeda (meio de circulação e de troca, unidade de conta etc.) e ele acrescenta novas (o “dinheiro de contado” na Baixa Idade Média, por exemplo). Forma valor e dominação política se correspondem. Havia moedas que funcionavam como referência em Estados “Municipais”. O Ducado de Veneza é o dólar da Idade Média entre 1250 e 1300, segundo Pierre Villar em seu livro “Ouro e Moeda na História”. Na Idade Média, a moeda é uma mercadoria e não um simples papel legal de curso forçado, pois não há Estado Nacional que possa garantir um papel moeda inconvertível. Isto não quer dizer que a moeda, qualquer que seja ela, não precise de alguma confiabilidade.
32. O “Estado feudal” é uma metáfora da violência anárquica da classe dominante. A violência foi centralizada e reunida num comitê único (Estado Moderno). O comitê único não é visível como o senhor feudal em armas porque é disfarçado pela distancia estrutural entre a máquina estatal e os capitalistas singulares. Mas o que importa é o capital total (Engels).
33. É que a coerção extraeconômica necessária para extrair o excedente do servo no medievo correspondia a uma produção física de mercadorias ou mesmo produtos in natura *imediatamente* visível. No modo de produção do capital, a produção é dirigida a um espaço jurídico impreciso (mercado) e realizada fora das vistas dos possuidores. Mas a coerção extraeconômica não desaparece no lócus da produção, ela aumenta e se concentra. Para Karl Polanyi transitamos de uma economia com mercado a uma economia de mercado. Analogamente, passamos de uma sociedade com Estado a uma sociedade de Estado.

34. O mundo da fábrica é a contraparte da violência estatal. A democracia só vigora entre a dominação no tope e o despotismo fabril na base. Quando parcelas muito restritas das classes trabalhadoras foram cooptadas por altos salários, a dominação vertical pareceu-se mais com a democracia vigente na sociedade civil (Gramsci). E a própria fábrica tornou-se paternalista na época do fordismo.
35. Isto só foi possível porque os oligopólios auferem uma transferência de mais valia social do setor concorrencial para si via troca desigual e diferenciação de composição orgânica do capital (vide modelo de transformação de valor em preço no volume III de O Capital). Mas a própria aristocracia operária (Lênin) se vê ameaçada novamente pelo fascismo ou pelo desemprego estrutural.
36. A coerção extraeconômica é centralizada e se torna tão impessoal no mundo da legitimação jurídica quanto mais pungente é sentida por suas vítimas particulares na repressão seletiva e cirúrgica operada em escala internacional. Para justificá-la o capital invoca os intelectuais e a imprensa.
37. Assim, ao dinheiro abstrato, à forma salário e ao Estado formalmente dissociado das classes emerge o Direito Internacional como expressão dos interesses da circulação do capital fictício, a qual extrapola finalmente o próprio Estado Nacional, vetusta forma da época mercantilista em vias de desautorização. Doravante, o poderio militar de nações coligadas é chamado aparentemente para punir um único criminoso de guerra.
38. A coincidência entre o Direito internacional e o crime internacional torna-se flagrante. Ao circuito do dinheiro abstrato e à pouca lucratividade da acumulação de capital produtivo, corresponde a retomada de formas antediluvianas de acumulação. Mais do que na época moderna, a acumulação primitiva não só persistiu (como mostrou Rosa Luxemburgo) como se intensificou em diferentes formas: os Estados são apossados por quadrilhas; as quadrilhas se associam aos governantes de Estados mais fracos e, depois, invadem estes estados e matam os antigos sócios ou os julgam com celeridade para que não digam nada em tribunais internacionais.

39. Conquanto o Estado, a rigor, não seja o proprietário dos meios de produção, ele ainda mantém em seu poder os meios de apropriação do produto social, quer dizer, o monopólio da força das armas, o que lhe confere este caráter sagrado. Keynes percebeu que mais importante do que o Estado ser proprietário de meios de produção é determinar a taxa de lucro dos empresários mediante a política tributária.
40. Lenin descobriu que a socialização da produção na fase incipiente de desenvolvimento do capital oligopolista dependia da tomada do aparelho de Estado pelo Partido. Obviamente que, em função de suas opções em circunstâncias históricas especiais, não quis dar o passo seguinte: a destruição do Estado e a sua substituição por uma verdadeira estrutura de conselhos.
41. Mas como determinar qual a parte do produto social que será consumida pelo Estado se este não produz nada? Como estabelecer o quanto do produto social restará nas mãos dos agentes estatais se a força de trabalho destes não resulta em um só átomo de trabalho produtivo?
42. O fato é que a massa salarial da classe trabalhadora consiste no produto social depois de deduzidos, mais ou menos nesta ordem, os impostos (o Estado), os juros (os banqueiros), a renda da terra (os latifundiários), o lucro (os capitalistas industriais) etc.
43. Assim sendo, como primeiro da fila da expropriação do produto social criado pela classe trabalhadora, o Estado guarda a prerrogativa de impor o valor das mercadorias, tanto que imprime e impõe o dinheiro socialmente adotado.
44. O fenômeno inflacionário, nada obstante o constante aumento de produtividade, também confirma tal situação, e o padrão-ouro consiste na verdade em órgão vestigial legado pelos velhos tempos do artesanato. A esse respeito, a obra de Fernand Braudel é plena de exemplos do uso de diferentes mercadorias como equivalente geral na aurora do capitalismo.
45. Já sabíamos que os capitalistas só empregam a técnica para aumentar a produtividade do trabalho. A parte do capital constante reduz o trabalho vivo a um mínimo insignificante. A taxa de lucro é a relação entre o trabalho excedente criado pelo trabalho vivo e o capital investido em folha de salários mais matérias primas e amortização de capital fixo. Mas a taxa de lucro nada mais tem a ver com a diminuição do trabalho

vivo porque o capital aumenta através de inversões meramente financeiras e em apostas no cassino global dos derivativos.

46. O próprio valor agregado pela classe trabalhadora se torna infinitesimal. Marx já havia vislumbrado nos *Grundrisse* que estamos diante de um regime de acumulação em que a “riqueza efetiva se manifesta (...) na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto”, em que o trabalho vivo já não comparece tanto na produção; em que o trabalhador se reduz a mero “supervisor e regulador” da máquina. Assim, o “próprio capital é a contradição em processo, pelo fato de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, põe o trabalho como a única medida e fonte da riqueza”. Trata-se de uma parábola.

Estado e Violência

47. Se isso já é verdade, a própria classe operária tradicional (cuja diminuição na segunda metade do século XX não foi compensada pelos serviços ou pelo desenvolvimento da China) deixa de ser o centro da ação revolucionária e voltamos ao *Manifesto Comunista*: os proletários são recrutados em todas as classes atingidas pelas crises capitalistas.
48. Auguste Blanqui retoma atualidade com sua prática generosa, mas sem o seu jacobinismo iluminista. É com ele que marcham todos os indignados das ruas. A vanguarda continua existindo e é de trabalhadores. Mas dela não pode sair uma direção burocrática permanentemente desligada da vida real.
49. Valor e Violência têm uma existência substancial. Moeda e política têm uma existência acidental. Tanto uma quanto outra podiam ser representadas por signos diversos.
50. No processo histórico do confronto entre os meios de produção e os de apropriação, entre o capital e o Estado, este último impõe-se, até espreitar o abandono do padrão-ouro, pois o espectro da classe trabalhadora sobre as classes ociosas oprime tanto o cérebro destas que seus pensamentos estreitam-se até emergir com força irrefragável o brocardo: “Às armas, cidadãos!”.
51. Todavia, como se estabelece o novo lastro intangível do dinheiro? A teoria marxista do valor não nos deixou uma resposta para este problema, ainda que dela devamos partir para resolvê-lo.

52. Um recurso à teoria de Clausewitz (1780-1831) parece encerrar o complemento da teoria do valor. Clausewitz estabeleceu uma correlação entre a ação recíproca (*Wechselwirkung*) e a troca. Guerra, comércio e política são faces de um mesmo processo. As relações de troca (e de produção) são relações de força em última instância, pois são atividades de apropriação do bem alheio (seja mediante a aparente troca de equivalentes) seja pela exploração.
53. Ainda que a forma salário obscureça a expropriação original, nada se altera o fato de que a violência latente está na base dela. Todas as trocas dissimulam o duelo, diz o antropólogo R. Girard. Ora, qual foi o lastro do dólar depois que esta moeda abandonou a paridade com o ouro? A resposta sempre foi tão simples que muitos a formularam apenas como chiste: o poderio militar dos Estados Unidos.
54. A guerra não é a continuação da política por outros meios. A guerra sempre conduz inevitavelmente a uma “escalada para os extremos” (Clausewitz). É a política que foi a continuação da guerra enquanto o valor tinha referência na produção e a ilusão do capital fixo prendia os desejos à conquista de plantas fabris.
55. Nos *Grundrisse*, a guerra é revelada como forma condensada das relações burguesas. O salário e a maquinaria se desenvolveram antes nos exércitos do que nas fábricas. O mesmo no que tange à disciplina e hierarquia fabris, herdadas da disciplina militar.
56. Clausewitz cria um conceito puro da guerra. Segundo este, ela é um duelo em grande escala. É um ato de violência destinado a obrigar o adversário a fazer a nossa vontade. É uma dialética que envolve dois opostos que partilham uma mesma essência e um mesmo impulso para a destruição do outro. Tal conceito, portanto, elimina o papel da política. “O objetivo político da guerra não é do seu domínio” (Clausewitz).
57. Para aliviar nossas perspectivas podemos pensar que Clausewitz trabalha com a guerra na sua pureza conceptual tal qual Marx faz em *O Capital*. Neste caso, a política aparece como forma de mediação interna dos opostos. É aquilo que conduz a uma paz imposta (quando o objetivo de guerra é limitado a uma conquista territorial) ou à submissão (quando a guerra é total). Na era nuclear o conceito puro de guerra coincidiu com sua

realidade. Na era da globalização, o conceito puro de capital se exprime num dinheiro abstrato que não mais tem referência na produção de valor.

58. A guerra é, como o capital, um ente estranho, uma potência que se reproduz por uma lógica própria como Marx anuncia no capítulo inédito de *O Capital*. No início sua expressão era a competição interestatal de diferentes moedas nacionais. Mas depois, a guerra é apenas o gasto militarista demandado pela necessidade do capital avançar sobre fronteiras “internas” (Rosa Luxemburgo). O gasto estatal militarista é que determina o valor da moeda ao determinar a taxa de lucro diretamente, como vimos anteriormente.
59. Capital e guerra partilham na verdade uma mesma essência. Estado é violência e violência é capital. Nunca existiu uma “coisa” chamada Estado exteriorizada em relação ao capital. Ao circuito do dinheiro abstrato corresponde o Estado moderno. À circulação simples de mercadorias corresponde *idealmente* um “Estado feudal” (ou seja, um antiestado ou anarquia ducal).
60. A guerra feudal é uma expansão territorial por mercadorias (além de fé, honra, império etc.). Ela é uma concretude que mata abstratamente (pois seu poder destrutivo era limitado). A guerra contemporânea é uma abstração que mata concretamente. Ela não tem honra já que as manobras visam ludibriar o inimigo para abatê-lo. É por isso que os teóricos antigos da guerra já manifestavam sua realidade antes que ela fosse tão disseminada (desde Xenofonte em suas ilações sobre estratégia).
61. Assim como o capital é uma potência estranhada, alheia e que (uma vez produzida por uma relação social entre seres humanos) assume uma autonomia monstruosa e se rege por si mesma; a guerra é um duelo que se amplia e escapa ao controle dos contendores. Afinal, o valor de troca expresso em moeda é a sua forma de existência social cindida dele mesmo. Marx diferencia a história da formação do Estado de sua história contemporânea. Os pressupostos do Estado Moderno não fazem parte dele, assim como “a fuga dos servos para a cidade, p. ex., se é uma das condições e dos pressupostos históricos do sistema urbano, não é uma condição, não é um momento

da efetividade do sistema urbano desenvolvido, mas pertence aos seus pressupostos passados, aos pressupostos do seu devir que são abolidos em sua existência” (Marx, *Grundrisse*). O historiador estuda as funções urbanas de cidades medievais à luz do modelo de cidade desenvolvida. O percurso lógico partiu do presente para o passado, embora o histórico deva ser reconstruído do *passado pensado* ao presente transformado.

62. A guerra como tal, tão logo é posta ela cria os seus próprios pressupostos. Aquilo que era parte de sua gênese histórica torna-se resultado de sua existência e de seu autodesenvolvimento. É a correta apreensão da guerra Moderna que permite compreender o passado. A guerra não é a história dos conflitos tribais, nacionais etc. Ela é resultado de si mesma, de seu movimento automático imbricado ao do capital. Na fase mercantilista a guerra é parte da competição interestatal. Hoje ela resulta do neocolonialismo, mas muito mais do processo de autovalorização da indústria armamentista. Em 2004 a indústria bélica norte-americana representava 150 bilhões de dólares. Um documento do Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de Estocolmo revelou que em 2009 os gastos militares mundiais chegaram a 1,531 trilhões de dólares!
63. Uma forma que assume o sobretrabalho nos EUA é a do serviço militar. Como império, ele é movido pela guerra constante de agressão e pela força de trabalho empregada direta ou indiretamente nas Forças Armadas e na produção bélica e em toda a economia que gira em torno dela.
64. Uma mercadoria se torna equivalente geral porque circula mais facilmente e apresenta qualidades observáveis aos seus possuidores (elevado peso específico, durabilidade, raridade, fácil cunhagem etc.). Sua base é ainda assim a violência mediada pelo comércio, já que o controle das minas que produzem metais preciosos e a regulação da quantidade produzida, associada à velocidade de circulação monetária, determina o preço do dinheiro.
65. Até recentemente, a relação entre possuidores era visível porque a massa mais considerável de dinheiro era a própria circulação de mercadorias. Mas quando o dinheiro se torna inteiramente abstrato, acontece que a riqueza é financeirizada, o capital fictício se incrementa e a relação entre um equivalente geral, a circulação e a massa de mercadorias existentes se volatiliza.

66. A teoria do valor deixa de vigorar como economia política do trabalho e deve se erigir pela primeira vez como crítica radical de toda a economia política (incluindo a do trabalho ou do socialismo). A relação que Marx denominou como valor não mais revela os entes relacionados. O valor só tem referência longínqua na produção. E a propriedade de ativos financeiros se torna mais importante do que a de ativos reais.
67. Antes o papel do crédito na produção capitalista era o de antecipar recursos produtivos; doravante é o de dissipar enquanto alguns espertos ganham suas apostas.
68. Na sua gênese o capital é o único modo de produção que se reproduz ampliadamente extraindo recursos de modos de produção associados e dependentes e para isso precisa impor sua lógica pela violência. A maximização da riqueza feudal se dava pela expansão territorial. A do capital também (ao contrário do que poderíamos imaginar à primeira vista).
69. Mas há uma sofisticação agora: o capital pode apelar para suas fronteiras internas artificiais (gastos do Estado e militarismo) para mistificar o problema da demanda efetiva ou da realização da mais valia. Como Rosa Luxemburgo notou o colonialismo já conduzia a uma expansão do aparelho estatal, notadamente em sua faceta militar, e ao correspondente incremento da carga tributária.
70. Obviamente ainda há fronteiras externas. Cecil Rhodes dizia (de acordo com o notável Leo Huberman): “Eu anexaria os planetas, se pudesse!”. A África e a Antártida (para não falar de novos planetas) são frentes de acumulação. Mas o capital não encontrará lá novos consumidores e não tem mais tempo.
71. Portanto, o capital eclode inicialmente no cerne de um modo de produção em que ainda não se estabeleceu a cesura entre trabalhador e meios de produção e no qual, portanto, ainda vige a lei que determina o valor das mercadorias pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. A realização da mais-valia resta garantida precisamente pelo fato de o capital inserir-se no bojo de um modo de produção antediluviano, com o qual mantém relação dialética de simbiose e exploração.
72. Assim, ao mesmo tempo em que a lei antediluviana do valor-trabalho garante a reprodução e expansão do capital, ela vai

sendo paulatinamente destruída pela própria disseminação mundial deste último.

73. Uma nova lei do valor deveria também explicar o mundo digital onde a produtividade aí é tão alta que programas *open source* já atingiram o valor “zero”, abstraindo aí os custos de energia, manufatura do hardware etc. Por outro lado um zettabyte equivale ao conteúdo de 1 bilhão de HDs de 1 terabyte. Tal imensidão de informações circulando como mercadorias é teratológica. Por isso muitos autores já pensam num ciber-comunismo.
74. No campo estritamente monetário, tal fenômeno corresponde ao gradativo abandono do padrão ouro do dinheiro pelo padrão dólar, condizente com o Estado capitalista mais avançado e mundialmente dominante. Quer dizer que o desenvolvimento capitalista corrói os próprios alicerces em que se sustenta, a saber, a lei do valor-trabalho, de sorte que a reprodução do capital queda cada vez mais difícil e se mantém somente a expensas de expedientes fictícios e violentos patrocinados pelo país capitalista mais avançado.
75. O capital manipula a própria natureza e aprisiona a humanidade numa outra, artificial. Por isso, também a natureza é engolida pelo capital fictício e quando a Grécia entra em crise, os capitalistas de todo o mundo se unem para comprar ilhas gregas e monumentos da Antiguidade. Tudo o que existe se reduz a unidades de conta eletrônicas; tudo o que é sagrado é profanado; todo o que passou se torna pela primeira vez insuportável presente.
76. Como o Estado “determina” o valor, a informação estatal torna-se ela mesma uma mercadoria sem nenhum valor, mas com um preço determinado pela lei da oferta e da procura (número de pessoas que sabem) e pelo tempo em que é consumida (vem a público). Assim foi a desvalorização do Real nos anos 1990.
77. Vivemos uma época em que nada possui valor apreciável ou quantificável e em que tudo tem um preço. O próprio romance moderno já nos antecipava isto quando lançou Dom Quixote fora de sua biblioteca em busca de valores autênticos num mundo ilusório. E outros foram além ao desvelar o espetáculo.
78. O marxismo também se tornou uma mercadoria. Uma carreira em universidades ou uma doutrina escolástica no Leste Europeu. Fora do movimento operário, ele entrou em crise

depois de 1968, das críticas ao progresso, da implosão das identidades de classe etc. O marxismo soviético se tornou uma ideologia e como tal, um materialismo idealista. Marx havia unido sujeito e objeto. O marxismo os separou.

79. Da mesma forma, a autoatividade das massas (Selbsttätigkeit) supera a cisão entre ela e o partido; entre direção e espontaneidade. O que ainda era impossível na época de Rosa Luxemburgo torna-se realizável quando a totalidade é imediatamente reconhecida com a velocidade dos meios de comunicação virtuais. Marx havia dito no *Manifesto Comunista* que séculos foram necessários para unir os cidadãos das comunas medievais por suas estradas vicinais, mas que alguns anos uniriam o proletariado através das ferrovias. Alguns segundos bastam para unir os proletários do presente.
80. Nós assistimos ao crepúsculo (Dämmerung) da política, ainda não ao colapso (Untergang). A representação parlamentar está em crise por toda parte e a apatia só pode ser superada por uma democracia progressivamente direta.
81. Nada disso implica o fim já dos partidos e governos. Mesmo os partidos operários continuam o seu trabalho de manter uma diferença mínima com os partidos burgueses. Deixemo-los em paz porque no mundo fantasmagórico da política, o espectro (Gespenst) do qual falava Marx não mais ilude o Espírito (Geist) da Revolução.
82. A nova realidade de um capital fictício que se valoriza a si mesmo sem referência à esfera produtiva também encerra nova teoria da ação revolucionária. A ocupação do aparelho de Estado perde sua importância e a violência revolucionária não mais pode mimetizar as formas tradicionais da guerra.
83. Entre Lenin e Rosa, Gramsci buscou um partido capaz de ter um centralismo realmente democrático e não burocrático. O primeiro apaixonou-se pela realidade tal qual era. A segunda não conseguiu escapar à derrota de uma classe que não tomou o poder; o último refletiu mais como encarcerado, sem correspondência com uma prática partidária.
84. O Partido Social Democrata, enquanto protestante, mimetizou a empresa multidivisional e cultivou o Deus Mamon na Sociedade Política. Dele se destacou uma burguesia gerencial.

A política “socialista” de “Napoleão III” no século XXI é a de celebridades destacadas da máquina partidária e do culto animista do marketing.

85. O partido leninista se pareceu a um exército sem divisões, a uma fábrica dirigida diretamente pelo capitão da indústria e a uma honesta Ordem Jesuíta. Dele se destacou um comitê central e um Chefe. Sua simbologia se expressou em corpos musculosos; mausoléus de mártires e numa estatuária monstruosa (no sentido etimológico: aquilo que se demonstra demais).
86. As táticas de Carlos Marighella foram ensaios. Como o mito de Mao Tsetung de 1966, a ALN inovou na forma (a ação vale mais que o partido), mas continuou a prestar homenagens ao conteúdo. Um novo “partido” teria que se parecer a uma escultura social como a de Joseph Beuys.
87. O Exército é a reprodução da disciplina fabril. O Estado é a forma de aparência política da relação social entre extratores de mais valia e trabalhadores produtivos. Na medida em que esta relação deixar de ser central, posto que o valor é determinado numa esfera fantasmagórica legitimada diretamente pelo Estado (ou violência organizada e monopolizada por uma classe), a revolução social não pode engendrar uma forma de violência (exército, guerra, Estado) que tende a se autonomizar em si e por si mesma e se reproduzir fora do controle dos trabalhadores associados. Outra estratégia terá que ser encontrada.
88. Em cada processo revolucionário assistimos duas vertentes: a autoatividade das massas e as novas formas de opressão que se apropriam da Revolução. Jacques Roux, Hebert e Robespierre são substituídos pelo Diretório e por Bonaparte. Blanqui cede seu lugar ao Partido da Ordem e a Napoleão III; os operários perdem os soviets para os bolcheviques e os espartaquistas desaparecem na repressão social democrata dos Freikorps. Desde maio de 1968 e da Grande Revolução Cultural Chinesa o conteúdo finalmente foi além da frase. Agora, a hipótese comunista (Badiou) retorna com os neozapatistas em Chiapas, o MST do Brasil, os indignados e os que ocupam praças e universidades.
89. Por incrível que possa parecer, é o trabalho improdutivo do Estado que determina a lei do valor no modo de produção

capitalista avançado, quando o padrão-ouro é abandonado por completo. É verdade que a distância entre a soma dos preços das mercadorias e uma fictícia soma dos valores reais é astronômica. A reaproximação antes era feita pelas crises. Mas as crises realimentam a diferença entre preços e valores porque os Estados centrais emitem moeda e deixam que o intercâmbio desigual se responsabilize pela conta.

90. Mas o Estado não determina o valor segundo a vontade individual de governantes. Até a II Guerra Mundial poderíamos dizer que o militarismo estatal era derivado de uma ideologia nacionalista. Agora, a ideologia belicista é só um subproduto do militarismo. Quando não é simplesmente abandonada. Antes, o Estado justificava a guerra. Doravante, a ideologia se tornou mero cinismo. A guerra e o militarismo impõem a moeda.
91. A teoria smith-ricardiana do valor-trabalho, cujas contradições foram desenvolvidas por Marx até onde lhe era dado conceber em sua época de incipiente desenvolvimento do capitalismo mundial, revela-se também uma categoria histórica própria de um determinado momento das forças produtivas, a qual, como tal, deve perecer.
92. O desenvolvimento do capitalismo em escala mundial cuidou de afastar paulatinamente a teoria do valor-trabalho, a ponto de prescindir do velho padrão-ouro de emissão monetária. A tarefa atual consiste, então, na revelação da nova teoria do valor vigente no capitalismo mundial. Marx iniciou o trabalho no inacabado volume terceiro de *O Capital*, onde imaginou o capital social total, a unidade de produção e circulação, o comércio mundial e o Estado.
93. A criação do valor continua a ser operada na esfera produtiva. Mas o quantum de valor agregado a cada unidade mercantil se tornará irrisório. Esperar que fosse nulo seria aguardar automaticamente o fim do capitalismo.
94. O comunismo objetivo já existe, portanto, falta a consciência comunista. O entrelaçamento global dos produtores não necessita mais da forma mercantil. Hoje, se todas as pessoas realizassem trabalho produtivo no mundo, o tempo de trabalho necessário seria de alguns minutos.

95. O desenvolvimento da teoria do valor começou a ser exposto no terceiro volume de *O Capital*. Rosa Luxemburgo lamentou que o terceiro volume de *O Capital* fosse “um capítulo cuja leitura não foi abordada pelo socialismo”. O marxismo deixou a conta da história, Marx não. Sua crítica radical de tudo o que existe e se move e suas análises do fetichismo da mercadoria se tornaram indispensáveis. Cabe ao movimento real dos trabalhadores (comunismo) continuar *O Capital*.

Notas

1. O texto foi redigido por dois companheiros a partir de discussões coletivas ao longo dos anos. Ainda são notas que devem ser criticadas e corrigidas.